

Departamento de Estado dos EUA  
Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas  
Washington, DC  
Junho de 2018

## **FORTALECIMENTO DAS PROTEÇÕES CONTRA O TRÁFICO DE PESSOAS NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS**

As compras governamentais de bens e serviços representam uma parcela significativa da economia global e, portanto, apresentam uma oportunidade importante para os governos promoverem práticas comerciais responsáveis, reforçarem suas expectativas em relação ao setor privado e impulsionarem a transformação dos mercados globais.

As compras governamentais podem ser, e geralmente são, utilizadas para promover uma variedade de políticas, desde o aprimoramento da sustentabilidade até a promoção de práticas de não discriminação para apoiar empresas de pequeno porte e de minorias. Da mesma forma, os governos podem utilizar as compras como ferramenta para fortalecer e apoiar esforços de combate ao tráfico.

Os governos podem adotar medidas para avaliar sua estrutura de compras em vigor, incorporar contribuições de especialistas em direitos trabalhistas e tráfico humano, e implementar políticas que protejam os trabalhadores contra a exploração em contratos governamentais. Tais políticas devem claramente proibir o tráfico humano por empresas contratadas e subcontratadas do governo e proibir um subconjunto de atividades conhecidas por conduzir ao tráfico humano.

### *Regulamentação sobre Compras Federais, “Fim ao Tráfico de Pessoas”*

Os Estados Unidos há muito tempo têm uma política que proíbe funcionários do governo e de empresas contratadas de se envolver no tráfico de pessoas. A eficácia dessa política foi reforçada em 2015, quando a regra intitulada “Fim ao Tráfico de Pessoas”, da Regulamentação sobre Compras Federais (FAR), implementou proibições relacionadas com o tráfico para funcionários federais contratados e subcontratados.

A FAR determina que empresas contratadas e subcontratadas notifiquem o pessoal de compras governamentais sempre que receberem informações confiáveis de tráfico humano ou de violações das práticas proibidas associadas com o tráfico e avisem as partes que os órgãos federais podem impor medidas reparatórias, incluindo a rescisão do contrato, por descumprimento das exigências.

As regulamentações se aplicam a todos os contratos e proíbem empresas contratadas e subcontratadas de participar de práticas proibidas como:

- Envolvimento em formas graves de tráfico de pessoas.
- Envolvimento em atos sexuais comerciais durante a execução do contrato.
- Utilização de trabalho forçado na execução do contrato.
- Destruição, ocultação, confisco ou negação por outra forma do acesso de funcionários a seus documentos de identidade ou imigração.
- Utilização de práticas de recrutamento enganosas ou fraudulentas.
- Utilização de recrutadores que não cumprem as leis trabalhistas locais.
- Cobrança de taxas de recrutamento dos funcionários.

- Não fornecimento de transporte de retorno para os funcionários ao final do contrato.
- Fornecimento ou organização de alojamento que não atenda às normas de moradia e segurança do país anfitrião.
- Se exigido por lei ou contrato, não fornecimento de um contrato de trabalho por escrito.

Além disso, a regra da FAR determina planos de conformidade para todos os contratos acima de US\$ 500 mil e que sejam executados no exterior (não incluindo contratos para itens disponíveis comercialmente no mercado). Todos os anos, as empresas contratadas são obrigadas a certificar que implementaram um plano para evitar todas as atividades proibidas e monitorar, detectar e rescindir qualquer subcontrato em que seja constatado que um funcionário terceirizado está envolvido em atividades proibidas. Tais planos de conformidade devem incluir os seguintes elementos:

- Um programa de conscientização para informar os funcionários da empresa contratada sobre a política que proíbe atividades relacionadas com o tráfico.
- Um processo para os funcionários reportarem, sem medo de retaliação, atividades não compatíveis com a FAR.
- Um plano de recrutamento e remuneração que permita apenas o uso de empresas de recrutamento com funcionários treinados, proíba a cobrança de taxas de recrutamento dos funcionários e garanta que os salários atendam às exigências legais aplicáveis do país anfitrião ou expliquem qualquer variação.
- Um plano de alojamento, se a empresa contratada fornecer ou providenciar moradia, que garanta que o alojamento atenda às normas de moradia e segurança do país anfitrião.
- Procedimentos para impedir que agentes e subcontratos de qualquer nível e de qualquer valor monetário se envolvam com o tráfico de pessoas e para monitorar, detectar e rescindir quaisquer agentes ou empresas subcontratadas que se envolvam em tais atividades.

O descumprimento dessa regulamentação pode resultar na suspensão ou exclusão do funcionário.

*Regulamentação sobre Compras Federais, “Proibição de Aquisição de Produtos Produzidos por Trabalho Infantil Forçado ou Escravo”*

A FAR também determina que o pessoal de contratação do governo dos EUA verifique a “Lista de Bens Produzidos por Trabalho Infantil Forçado ou Escravo” do Departamento do Trabalho ao emitir uma solicitação de suprimentos. Se o produto aparecer na lista, o contratado é obrigado a certificar que não fornecerá nenhum produto final de países (sujeito a determinadas exceções) que apareçam na lista; ou a certificar que fez um esforço de boa-fé para determinar se o trabalho forçado ou escravo foi utilizado para extrair, produzir ou fabricar qualquer produto final a ser fornecido pelo contrato.

Se o pessoal de contratação do governo dos EUA tiver motivos para acreditar que o trabalho infantil forçado ou escravo foi utilizado para produzir um produto final, é obrigado a entrar em contato com o inspetor-geral da agência, o procurador-geral ou o secretário do Tesouro.

O descumprimento dessa regulamentação pode resultar na rescisão do contrato, suspensão do contratado ou exclusão por até três anos.

Para ferramentas e recursos destinados a identificar e impedir o tráfico humano nas cadeias globais de fornecimento e para analisar um modelo de um plano de conformidade compatível com a regra FAR “Fim ao Tráfico de pessoas”, visite [www.ResponsibleSourcingTool.org](http://www.ResponsibleSourcingTool.org).

NÃO CONFIDENCIAL

-3-

Para ferramentas e recursos sobre o desenvolvimento de sistemas de conformidade social robustos para enfrentar o trabalho forçado e outros abusos trabalhistas nas cadeias globais de fornecimento, visite [www.dol.gov/ilab/complychain](http://www.dol.gov/ilab/complychain).

NÃO CONFIDENCIAL